



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Mecias de Jesus

EMENDA Nº
(ao PL 4/2025)

O art. 1.582 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), alterado pelo art. 2º Projeto de Lei nº 4, de 2025, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1.582. O pedido de divórcio ou de separação de corpos e bens somente competirá aos cônjuges.

Parágrafo único. Se o cônjuge for portador de deficiência mental ou intelectual que o incapacite a propor a ação ou defender-se, poderá fazê-lo o curador, o ascendente, o descendente, o irmão ou o Ministério Público.” (NR)

JUSTIFICAÇÃO

É necessário retirar o convivente da proposta, porque a união estável é situação de fato, que não pode ser confundida com o casamento, de modo que descabe a união estável em caso de pessoa com deficiência mental ou intelectual, sob pena de os seus apoiadores serem obrigados a diariamente consentir com a existência da união estável.

Aguardar a declaração da incapacidade do portador de deficiência mental ou intelectual, por meio da decretação da sua interdição, para a propositura da ação de divórcio ou de separação de corpos e bens, a qual, observe-se, deve ser incluída nesta proposta, pode acarretar danos a essa pessoa, razão pela qual se propõe o aperfeiçoamento da redação do dispositivo constante do parágrafo único deste artigo.



Contando com o apoio do nobre relator e dos nobres pares para a aprovação desta emenda, baseada em sugestões da Associação de Direito de Família e das Sucessões - ADFAS ^[1], submeto-a, gentilmente, para a apreciação desta Comissão.

^[1] - <https://acrobat.adobe.com/id/urn:aaid:sc:VA6C2:a84d6692-29e7-4615-b0a4-76ece7d2d4dc>

Sala da comissão, 22 de outubro de 2025.

Senador Mecias de Jesus
(REPUBLICANOS - RR)



Assinado eletronicamente, por Sen. Mecias de Jesus

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3509732075>